



# Anais da Assembleia

Nº 095

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE AGOSTO DE 1991

ANO XVII

**1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 072.ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 1991**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Paulo Maia.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademir Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Surowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kiesel, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ermani Pudell, Eurides Moura, Hermas Brandão, José Alves, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mario Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Otávio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (47). Achado-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Basílio Zamusso, Duílio Genari, Geraldo Cartário, Luiz Antonio Setti, Nilton César e Renato Adur (06). Achando-se em licença o Senhor Deputado Dirceu Minfrinato (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 1914

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para os Projetos de Lei nºs 171,

200, 208/91 e para o Projeto de Resolução nº 32/91

Sala das Sessões, em 13.08.91

(a) COLOMBINO GRASSANO.

#### REQUERIMENTO Nº 1899

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a concessão de justificativa de falta na Sessão de 13.08.91, por motivos familiares.

Sala das Sessões, em 13.08.91

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo, em problemas graves e emergenciais de ordem familiar, que nos obriga a ausentarmos desta Comarca, e portanto faltar à Sessão Plenária em data de 13 de Agosto de 1991.

#### REQUERIMENTO Nº 1881

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à MESA, após ouvido o Plenário, seja designada uma Comissão, para, em nome do Poder Legislativo do Paraná, recepcionar Sua Santidade o Papa JOÃO PAULO II, em Florianópolis, nos dias 18 a 20 de outubro do corrente ano, quando o Santo Padre visitará o Brasil pela 2ª vez.

Sala das Sessões, em 13.08.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

O homem não é só corpo nem só espírito, mas um conjunto harmonioso que se desenvolve e se realiza em três dimensões: humana, intelectual e espiritual, de modo que possa construir a sua realidade terrena em razão da sua realidade eterna.

E a formação de uma comissão para, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, se justifica pela somatória de valores éticos, sociais, culturais e morais no convívio com a sociedade em geral e especialmente com a família.

E, precisamente no momento que Sua Santidade, o Papa João Paulo II, estiver reunido em Florianópolis, rodeado de um povo generoso e sincero, de uma população brasileira em que se fundem elementos representativos de todas as grandes raças do globo, sobre um solo rico e fecundo, território privilegiado, verdadeiramente reminiscência física, em que a natureza prodiga em maravilhas terá a ventura de aplaudir a visita e glorificar o pontificado de Sua Santidade o Papa João Paulo II.

Um exemplo dessa nossa solicitação, é a mobilização da opinião pública em todas as camadas sociais, onde desde já, se formam caravanas para um gesto de solidariedade ao Santo Padre, comparecerem à recepção em FLORIANÓPOLIS quando S.SANTIDADE visitará pela segunda vez o Brasil.

**REQUERIMENTO N° 1887**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Senhor AUGUSTO ARAÚJO, ocorrido no dia 08 de agosto no município de Morretes.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

**REQUERIMENTO N° 1888**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Vereador Argemiro de Felix, ocorrido no dia de hoje, pela manhã, no município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

**JUSTIFICATIVA:**

O Vereador Argemiro Felix, eleito pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), casado com a Senhora Rosa Felix com quem teve filhos, também era prático de farmácia há longos anos e vinha exercendo suas funções profissionais, junto à farmácia do Sindicato dos Trabalhadores de Mercadorias em geral, na cidade de Paranaguá.

Requeiro, ainda, que do presente se dê ciência à família e filhos e ao Digníssimo Presidente da Câmara dos Vereadores Senhor Edison Fernando Zacharias e demais vereadores.

**REQUERIMENTO N° 1890**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, deste Poder, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição em ata da presente Sessão, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Cássio Arantes Pereira, ocorrido no dia 06 de agosto de 1991.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

CASSIO ARANTES PEREIRA, nascido em 09.08.912, chegou em Jacarezinho com 03 (três) anos de idade, pouco tempo após Jacarezinho ter-se desmembrado de Tamasina.

Pioneiro, que foi sua família Cássio Arantes Pereira, seguindo a tradição familiar, tornou-se próspero agricultor de café e pecuarista.

Voltado aos problemas da comunidade teve ativa participação social, comunitária e política.

Foi Presidente do PTB, na década de 50, quando foi vereador municipal, por duas legislaturas, sendo Presidente da Câmara Municipal no biênio 1953/54.

Pelas qualidades e popularidade junto aos munícipes, elegeu-se Prefeito Municipal, mandato cumprido em 1955 a 1956.

Casado com Dona Rita de Souza Pereira, faleceu aos 78 anos de idade em 06.08.91, deixando 3 (três) filhos; sendo que Paulo Roberto de Souza Pereira, foi vice-Prefeito de Jacarezinho de 1983 a 1988.

Assim, requer que da decisão deste Plenário se dê ciência à família enlutada.

**REQUERIMENTO N° 1895**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno deste Poder, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição em ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento de sua Excelência Reverendíssima DOM PEDRO FILIPAK, Bispo Diocesano de Jacarezinho-Pr, ocorrido em 10 de agosto de 1991, no Município de Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamto: Luiz Carlos Martins.

**JUSTIFICATIVA:**

Dom Pedro Filipak exerceu por 29 anos o Bispado de Jacarezinho, onde foi o condutor espiritual de todos os católicos daquela região do Norte Pioneiro.

Natural de Catanduvas, neste Estado, onde nasceu em 26 de dezembro de 1945.

Eleito Vigário Capitular pelo Corpo de conselheiros Diocesanos em 20 de abril de 1961, teve sua Ordenação Episcopal e tomada de posse na data de 13 de maio de 1962, em concorrida cerimônia litúrgica de saagração que contou com a presença do Governador Ney Braga, que deu à Ordenação o prestígio que a Região fazia por merecer.

Prelado voltado à comunidade e ao bem comum, Dom Pedro Filipak foi o Pastor dos desassistidos e marcou seu Bispado pela continuidade do Seminário Diocesano de Jacarezinho e sua permanente preocupação com a formação de novos sacerdotes.

Assim, requer, que da decisão deste Plenário seja dada ciência à Diocese de Jacarezinho.

**REQUERIMENTO N° 1909**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente e firmado adiante, REQUER, após a douta aquisição do Plenário, sejam formulados e inseridos na ata dos trabalhos deste Poder Legislativo.

tivo Voto de Congratulações ao Senhor Vitor Giacobbo.

Do aprovado, requer comunicação ao congratulado no seguinte endereço: rua Sete de Setembro, 565- 85960 Marechal Cândido Rondon- Paraná.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) ÉLIO RUSCH

#### JUSTIFICATIVA:

No dia 08 do corrente mês de agosto, o Senhor Vitor Giacobbo, transmitiu em jantar especial, o cargo de Presidente da Associação Comercial e Industrial de Marechal Cândido Rondon.

Ao deixar o cargo para o seu sucessor, o Senhor Vitor Giacobbo, o faz com galhardia e honra, eis que sua gestão foi marcada pela abnegação e lisura, além de uma profunda preocupação de promover o setor empresarial rondonense, garantindo-lhe dignidade e respeito.

O presente voto representa os cumprimentos deste Poder pela forma como o Senhor Vitor Giacobbo presidiu aquela entidade.

#### REQUERIMENTO N° 1910

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, oficialmente aos Presidentes da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, Senado Federal, Mauro Benevides, e a todos os Senadores e Deputados Federais pelo Estado do Paraná, de manifestação desta Assembleia Legislativa favorável à aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Deputado Federal Jorge Hage, em sua forma original.

Cumpre-nos, ainda, renovar a Vossa Excelência nossos votos de sincera consideração, apreço e respeito.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) PAULO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

Funda-se tal pleito no fato de que o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação na forma original concebida pelo Deputado Federal Jorge Hage contempla, ao menos em grande parte, as aspirações dos trabalhadores em Educação deste País.

Contempla também, a necessidade de um sistema de ensino comprometido com as mais importantes funções de uma IDB, que preveja a concessão de uma Educação de bom nível, concedida a todos sem privilégios e que busque formar a cidadania.

#### REQUERIMENTO N° 1882

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário seja expedido ofício ao Ilustríssimo

Senhor Ito Vieira, Diretor Regional do SENAI, com o intuito do respaldo para a realização de cursos profissionalizantes na Municipalidade de Irati.

De iniciativa do Senhor prefeito Alfredo Van Der Neut, os cursos de confecção industrial e malharia, objetivam a qualificação de mão-de-obra especializada, destinada a atender ao crescente processo de industrialização do setor, havendo a necessidade premente de preencher 50 vagas em uma das indústrias já devidamente instaladas.

Além disso, cabe lembrar que, com o Poder Público local, se poderá contar com o apoio da Coordenadoria Regional da FIEP sediada naquela cidade.

Dado ao elevado alcance sócio-econômico, espera-se em um menor prazo de tempo possível, a adoção de medidas compatíveis para viabilizar os mencionados cursos.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1884

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, com a finalidade de solicitar a destinação de medicamentos para a municipalidade de Inácio Martins.

Atualmente, tendo em vista a elevação no número de consultas, tem aumentado a necessidade de medicamentos, fazendo com que muitos produtos sejam insuficientes para atender todos os casos, muitos dos quais inclusive ficam até sem serem resolvidos.

Neste sentido, a fim de que tal situação mais persista, é fundamental o apoio por parte dessa Pasta, sobretudo para assegurar assistência médica às famílias de baixo poder aquisitivo, que não podem de modo algum procurar a rede particular.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) TOTI COLAÇO.

#### REQUERIMENTO N° 1878

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia, solicitando a dispensa do pagamento de despesas aos proprietários rurais, decorrentes do processo de doação das redes de eletrificação rural à COPEL, assim como de eventuais reparos.

Seja dado conhecimento, mediante re-

nessa de cópia desta proposição, ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) ALBINO CORAZZA

**JUSTIFICATIVA:**

Os proprietários rurais do Estado do Paraná custearam as despesas do programa de eletrificação rural e se dispõem agora a proceder a doação das redes ao Estado, para manutenção permanente a ser promovida pela COPEL.

A proposta de manutenção, bem como a iniciativa de viabilizar a eletrificação onde ainda não existe o benefício, mediante o pagamento com a produção, são medidas que merecem nosso reconhecimento. A exigência, porém, de revisão nas redes, às custas dos proprietários que as doarão, não é justa, mesmo porque, ao serem implantadas pelas Cooperativas ou empresas particulares receberam tratamento conforme os padrões da COPEL, e foram vistoriadas pela Companhia que as considerou adequadas para a finalidade a que servem até hoje. Seria o mesmo que, um cidadão premiado com a doação de um carro usado exigir que o bem esteja revisado e reformado.

Consideramos, enfim, inadequado que o beneficiário de uma doação faça exigências sobre o estado ou as condições do bem que irá receber, por isso, solicitamos parecer favorável do Egrégio Plenário à presente proposição.

**REQUERIMENTO N° 1879**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente oficial ao Dr. José Moacir Favetti, Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, solicitando providências no sentido de ser aditado o convênio firmado entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP - o Departamento de Construção de Obras e Manutenção - DECOM, e o município de Arapongas, que visa a construção da 3ª Companhia do 15º Batalhão da Polícia Militar, para que seja conveniado entre as mesmas partes e para o mesmo local como tecnicamente parecer melhor, a construção de um mini-presídio.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

**JUSTIFICATIVA:**

É notório na região, que a Cadeia Pública de Arapongas está hoje exacerbada em sua capacidade de abrigar apenados e indiciados, constituindo-se até numa calamidade.

Nela, convivem privados de liberdade de todos os graus, inclusive, reclusórios que por falta de espaço na central

penitenciária, aguardam cartas de guia para encaminhamento sem que sequer se possa observar o princípio legal do isolamento.

Nessa promiscuidade e super lotação existentes, ocorrem casos como os havidos recentemente da fuga de cinco criminosos de alta periculosidade, que muito comprometem, não só a nossa polícia como também e especialmente a paz e tranquilidade públicas.

A medida que se pleiteia por certo suavizará um grau de emergência a grave crise da superpopulação carcerária do Município de Arapongas.

**REQUERIMENTO N° 1891**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial à Secretaria de Estado de Esportes, solicitando estudos e viabilização para a construção de uma quadra poliesportiva no Distrito de Serra dos Dourados em Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, envio de comunicação ao Senhor Prefeito Municipal, ao vereador e Presidente da Câmara, Inácio Pereira Pinto.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

A presente solicitação atende a uma antiga aspiração da comunidade usuária daquele município, formada predominantemente por pessoas carentes que não possuem, nas redondezas, local apropriado para a prática de esportes. A construção da cancha polivalente viria não apenas fomentar essa atividade física e de recreação para os jovens, como propiciar lugar adequado para a utilização pelos estudantes, principalmente. Temos certeza de que a Secretaria ao efetuar estudos, verificará de imediato, a necessidade e o oportunismo da obra, diante do insignificante montante de recursos financeiros dispendido, comparado com o benefício para a população.

**REQUERIMENTO N° 1892**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial à Superintendência da Legião Brasileira de Assistência - Regional Paraná, dirigido pelo Doutor Oeni Ribas Alves, no sentido de que seja determinado a alocação de recursos financeiros, através de convênios com a Prefeitura, com o objetivo de se construir uma creche no município de Iaraíma.

Do aprovado, requer ainda, a comunicação ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) NELSON GARCIA

## JUSTIFICATIVA:

O município, nesta administração, vem se preocupando com a realidade social existente em toda a sua extensão territorial.

A ação do governo municipal tem sido intensa para debelar os focos da miséria e da marginalidade, itens recentes no vocabulário dos moradores antigos da cidade, mas que, infelizmente, cada dia se instala e aumenta suas dimensões assustadoramente.

Um dos programas encetado pela Prefeitura é a do atendimento à criança, através de escolas e creches. Nessa proposta de se oferecer um número cada vez maior de creches, atende a melhoria da qualidade de vida do menor e a oportunidade de melhorar o rendimento familiar, com a possibilidade do trabalho fora para a mulher, componente importante nessa relação. O pedido é deveras importante e requer atendimento urgente, por parte do poder público.

## REQUERIMENTO N° 1893

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja determinado a liberação de recursos para a pavimentação asfáltica nas ruas do distrito de Herculanópolis, em Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, a comunicação ao Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara e ao vereador Dario B. A. de Souza.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) NELSON GARCIA

## JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um pedido que o nobre vereador formula, em nome daquela comunidade, tendo em vista as ruas Princesa Izabel e José Carlos, bem como a complementação das avenidas Sete de Setembro e av. São João serem de grande fluxo e movimento de transeuntes e por não serem asfaltadas, em dias de chuva ficam intransitáveis.

## REQUERIMENTO N° 1894

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial, ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan de Almeida, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde Pública, no sentido de que seja destinado um veículo ambulância para o município de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, comunicação

ao Excelentíssimo Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) NELSON GARCIA

## JUSTIFICATIVA:

Conforme as constantes e justificadas reclamações das lideranças locais, resente-se o município de melhores condições financeiras para atender a grande demanda de pedidos na área da saúde, quer no tocante de remédios, atendimento ambulatorial e principalmente, no transporte de doentes dos distritos, das vilas para a sede do município, para os postos de saúde e até para os outros centros mais evoluídos clinicamente. A ambulância é reivindicada permanentemente em todas as reuniões com as comunidades.

## REQUERIMENTO N° 1896

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação do Estado, solicitando a instalação do ensino de 2° grau na Escola Estadual Dr. Linu Madureira de Novais, situada no bairro Vila Rio Branco, na cidade de Castro.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) DOMINGOS CARVALHO

## JUSTIFICATIVA:

A Vila Rio Branco tem uma população de aproximadamente 20.000 (vinte mil) habitantes, cujos alunos do 2° grau têm que deslocar até o Colégio Estadual Major Vespaziano de Mello, localizado no centro da cidade de Castro, perfazendo uma distância de 7 Km.

Considerando, ainda, que a Escola Estadual Dr. Linu Madureira de Novais está localizada no centro da Vila Rio Branco, o que facilitaria o acesso de todos os estudantes residentes nesta área.

## REQUERIMENTO N° 1897

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes do Estado, solicitando o prosseguimento da duplicação da Rodovia PR-151, trecho Castro - Piraí do Sul, cujas obras estão paralisadas.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) DOMINGOS CARVALHO

## REQUERIMENTO N° 1898

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Prefeito



dro Ivo Gonçalves para a Secretaria dos Transportes, solicitando a estadualização da estrada entre a extensão de 25 Km do Município de Inácio Martins até o distrito de Góes Artigas, fazendo divisa com o Município de Guarapuava; e de 43 Km até a ponte do Rio da Areia no Distrito de Gava-zoni, fazendo divisa com o Município de Cruz Machado.

Justifica-se tal solicitação dos refe-ridos trechos, por tratar-se de estradas com intenso tráfego de ônibus de linha es-tadual, de ônibus de linha escolar, área de escoamento de produtos industrializados no setor madeireiro, passando por vários Distritos, onde devido à longa extensão dos trechos, torna-se muito difícil a con-servação daquelas estradas diante da defi-ciência de maquinários por parte da Pre-feitura.

Em face do exposto, aguardamos as pro-vidências necessárias da Pasta em questão.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1906

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando policiamento no bairro Alto da Glória, nesta Capital, principalmente nas ruas Ivo Leão, Constantino Marochi, Campos Salles, Nicolau Maeder, Augusto Streser e na Escola Estadual Professor Brandão.

Que do teor do presente seja dado ciência ao Senhor Carlos Richebst (R. Ni-colau Maeder, 619), à direção e APM da Es-cola Estadual Professor Brandão e aos ve-readores com assento à Câmara Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Na região compreendida pelas ruas su-pramencionadas, há pouca iluminação, além de muitas árvores, o que gera uma situação favorável à ação de marginais e delinqüen-tes.

São constantes os assaltos praticados contra populares na região em questão, sobretudo entre as 20:00 e 24:00 horas. Além da iminente possibilidade de uma ação por parte dos marginais contra a população residente na região, há a ameaça contra os alunos, professores e funcionários da Es-cola Estadual Professor Brandão, de senca-deada por verdadeiras "quadrilhas", orga-nizadas para a prática da violência, de atos delituosos e vandalismos.

Os moradores do bairro vivem um clima de insegurança, principalmente no período noturno, por verem de suas janelas, os

marginais nas ruas, prontos para atacar a população.

Um pequeno extrato disso pode ser ava-liado através da correspondência anexa, de um morador do Alto da Glória: "Muitas ve-zes, daqui do edifício, vemos ocorrerem assaltos... telefonar à polícia, já esta-mos cansados! Quando aparecem, já é tarde demais ou dizem que não têm pessoal ou não têm viatura".

Diante dessas razões, solicitamos ur-gentes providências da Secretaria de Segurança e da PMPR a fim de eliminar as con-dições favoráveis à insegurança na locali-dade em questão.

#### REQUERIMENTO N° 1913

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Se-nhor Mário Pereira, DD. Secretário dos Transportes, visando a construção de ponte sobre o Rio Marmeleiro, ligando os Municípios de Renascença e Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por fina-lidade atender solicitação da Câmara Muni-cipal de Renascença, a qual aprovou por unanimidade requerimento do vereador Adair Ferreira dos Anjos, para que sejam libera-dos recursos visando a construção de uma ponte sobre o Rio Marmeleiro, limite dos Municípios de Renascença e Francisco Bel-trão.

A ponte que existia foi levada pela enchente e atualmente a ligação entre os dois Municípios é feita de forma precária através de uma ponte de madeira, a qual oferece um grande risco de acidentes, pois o tráfego na região é intenso.

A liberação dos recursos acima citados viabilizaria a construção de uma ponte de 35 metros entre a localidade de Barrinha (Renascença) e Linha São Roque (Francisco Beltrão).

Assim sendo, por ser de fundamental importância para garantir a segurança dos que se utilizam deste caminho para transpor a fronteira intermunicipal, fina-lizamos certos do apoio dos nobres colegas ao presente pleito.

#### REQUERIMENTO N° 1883

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Ple-nário, seja remetido expediente ao Exce-lentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, visando a liberação de materiais odontológicos para a municipalidade de

Iratí.

Motivado pela real necessidade de ampliar o atendimento dentário, notadamente junto às pessoas de menor poder aquisitivo, torna-se vital o respaldo por parte dessa Pasta, assegurando a liberação dos aludidos equipamentos. Ademais, cabe ressaltar que, além da população como um todo, tais serviços serão intensificados no âmbito das crianças em idade escolar, através de um trabalho preventivo.

Pelos motivos expostos, espera-se o quanto antes, a adoção de medidas que possibilitem garantir a concretização do que alude o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) TOTI COLAÇO

## REQUERIMENTO N° 1886

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, objetivando o envio de medicamentos para a municipalidade de Rebouças.

A quantidade de medicamentos destinada em cada remessa, não tem sido suficiente para atender a toda a população, cuja consequência direta é a impossibilidade de fazê-lo, criando grandiosos transtornos em toda a cidade nessa área de saúde.

Em face dos motivos aqui apresentados, aguarda-se a adoção de medidas, objetivando resolver tal problema, restabelecendo o atendimento à altura das reais necessidades do Município.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) TOTI COLAÇO

## REQUERIMENTO N° 1912

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, apelando no sentido da revisão dos critérios para a inscrição no Concurso Público do Magistério Estadual.

Trata-se de um apelo feito no sentido de que as pessoas que estejam frequentando o último ano de curso superior, possa se submeter ao aludido Concurso, exigindo-se somente o diploma referente, quando do chamamento para preencher a vaga. A razão principal, é o fato de que é bem provável que o Estado não realize imediatamente a ocupação de todas as vagas, o que certamente permitirá que os acadêmicos de hoje e formados a daqui poucos meses, possam dar também a sua inestimável contribuição.

Neste sentido, Senhor Presidente e Senhores Deputados, fazemos este veemente

apelo, consubstanciado no abaixo-assinado encetado pelos alunos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, cujo documento não há dúvida, que representa o pensamento geral de todos aqueles que estão estudando em outras instituições de ensino superior. Os alunos contam com a sensibilidade dos organizadores do Concurso, para que seja dada esta justa oportunidade, cabendo ressaltar que, em tantos outros concursos, inclusive do próprio Estado, da própria Secretaria da Educação, a demora para o preenchimento de vagas, chega a ser demais, o que, por alguns meses, se privaria uma parcela preponderante da nossa juventude, apta a participar do processo didático-pedagógico.

Por último, além deste requerimento, para o qual rogamos o apoio desta Casa, através de todos os demais Parlamentares, comunicamos que já remetemos telez ao Senhor Secretário Elias Abraão, oportunidade em que tecemos ao ilustre Professor tais considerações.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) TOTI COLAÇO

Apoio: Domingos Carvalho.

## REQUERIMENTO N° 1885

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de correspondência endereçada ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, no sentido da liberação de equipamentos odontológicos para a municipalidade de Mallet.

Em que pese os inúmeros esforços desenvolvidos junto ao setor de saúde, urge ampliar a sua estrutura de atendimento à população, particularmente aqueles que não possuem condições financeiras. Neste sentido, entre outras providências, a mais urgente é quanto a liberação de equipamentos e materiais odontológicos.

Em razão do exposto, que, dentro das possibilidades, essa Secretaria de Estado dê as necessárias providências, atendendo o assunto em tela.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) TOTI COLAÇO

## REQUERIMENTO N° 1900

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Djalma de Almeida César, DD. Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social, pedido de informações sobre os seguintes assuntos:

1) quais as entidades e/ou instituições que recebem verbas a qualquer título

do Estado do Paraná no período entre 1º de janeiro de 1991 até a presente data, discriminando a denominação, município a que pertença, data e valor, individualmente?

2) quais os benefícios com qualquer espécie de subvenção e/ou auxílio distribuído pela FASPAR, no mesmo período, indicando a denominação, município onde situa-se, o tipo de benefício e o respectivo "quantum" expressos em valores monetários ou unidades e a data do repasse.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) ERNANI PUDELL

(a) DOUTOR ROSINHA

(a) OVIDIO CONSTANTINO

Apoio: Algaci Túlio e Paulo Maria.

#### REQUERIMENTO Nº 1902

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no que dispõe o Art. 55 da Constituição do Estado do Paraná, REQUEREM após ouvido o Plenário, seja encaminhado o seguinte pedido de informações ao Secretário Especial de Política Habitacional:

1) qual o número de habitações e a respectiva forma de construção pelo Estado do Paraná, previsto para o corrente exercício de 1991?

2) quais os municípios beneficiados com unidades habitacionais e a respectiva quantidade?

3) existem, para a execução dos projetos, as áreas de terra necessárias? Em caso positivo, citar as respectivas localizações (caracterização do imóvel) e os municípios a que pertençam, assim como a forma de obtenção e o número de unidades a serem construídas, sobre cada área;

4) quantas famílias já foram beneficiadas com casa própria pelo atual governo, citando a localidade e o número de famílias e a forma de construção dos respectivos conjuntos habitacionais?

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) ERNANI PUDELL

(a) DOUTOR ROSINHA

(a) OVIDIO CONSTANTINO

Apoio: Algaci Túlio e Paulo Maria.

#### REQUERIMENTO Nº 1903

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas e amparados no que dispõe o Art. 55 da Constituição do Estado REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja encaminhado o seguinte pedido de informações ao Senhor Secretário de Estado da Comunicação Social:

1) houve algum custo de qualquer natureza para o Estado do Paraná a veiculação

da nota intitulada "Manifesto à Nação I", de assinatura do Senhor Governador do Estado, do qual segue exemplar em anexo?

2) em caso positivo, quais os veículos de comunicação que fizeram a veiculação da matéria, sua localização, o espaço adquirido e os respectivos custos, individualmente?

3) qual a origem dos recursos utilizados na cobertura dos custos relativos à mencionada publicação?

4) qual o número das notas de empenho correspondentes às despesas mencionadas no item 1 e a respectiva data de pagamento?

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) ERNANI PUDELL

(a) DOUTOR ROSINHA

(a) OVIDIO CONSTANTINO

Apoio: Algaci Túlio e Paulo Maria.

#### REQUERIMENTO Nº 1907

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo do Estado, o artigo assinado "É uma Vergonha!", de autoria do empresário Werner Egon Schrappe, presidente da Associação Comercial do Paraná, e publicado pelo Jornal "O Estado do Paraná", no dia 03 de agosto próximo passado.

Que do teor do presente dê-se ciência ao autor do artigo e ao jornal "O Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Com a clareza e brilhante raciocínio que lhe são peculiares, o empresário Werner Schrappe, do alto de uma visão que o conduziu à presidência da ACP, aborda a responsabilidade dos segmentos políticos representativos no Paraná na questão da distribuição das dotações orçamentárias federais para os Estados da União.

É de extremo valor a contribuição do empresário para o conhecimento do processo que culminou num alijamento da economia paranaense, com relação à distribuição das dotações orçamentárias em 1991.

Para se ter uma idéia do que isso representa, segundo informações oficiais, o Paraná teve uma "fatia" no "bolo" orçamentário, equivalente a 10% do que recebe, por exemplo, o novíssimo Estado de Tocantins.

É preciso inserir nos Anais do Poder Legislativo a indignação do presidente da ACP, com essa situação, o que incorpora um sentimento de todos os paranaenses trabalhadores, injustiçados com esse tratamento discriminatório do Governo Federal e com a revelia do Congresso Nacional diante desse quadro.



## Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 043/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## RESOLVE:

Art. 1° - Fica denominada "Sala Deputado Gabriel Manoel" as dependências onde está instalada a gráfica deste Poder Legislativo.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) ERONDY SILVÉRIO

## JUSTIFICATIVA:

A medida que estamos propondo busca homenagear o ex-Deputado Gabriel Manoel, recentemente falecido.

Nascido em 18 de setembro de 1923, no Município de Piraí do Sul, Paraná, Gabriel Manoel era filho de João Manoel e Helena Manoel. Em sua cidade natal, realizou os estudos primários e secundários. Em Joaquim Távora, Paraná, iniciou sua militância política, tendo sido eleito Vereador e Prefeito Municipal. Em seguida foi eleito Deputado Estadual, sendo sucessivamente reeleito. Integrou as diferentes Comissões Permanentes desta Casa de Leis, contribuindo sempre para o debate político. Participou também da Comissão Executiva, exercendo a 1ª Secretaria.

Contamos com o indispensável apoio dos nobres Pares para esta justa homenagem a um Parlamentar que dedicou parcela de sua vida a este Poder Legislativo.

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 335/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE LONDRINA - AFISCAL, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) JOSÉ TAVARES

## JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Funcionários da Irmandade da Santa Casa de Londrina - AFISCAL, fundada em 11 de fevereiro de 1987, com sede e foro na Cidade de Londrina, é uma associação civil, que tem como finalidade, firmar convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas, objetivando o bem estar econômico-financeiro dos seus associados, no que se refere à alimentação, vestuário e medicamentos. Propõe-se ainda a ministrar cursos de aperfeiçoamento profissional, visando sem-

pre um melhor atendimento nos serviços prestados por seus profissionais a Santa Casa de Londrina.

Desde a sua fundação, a AFISCAL atende a um grande contingente de funcionários e seus familiares, provenientes de diversos bairros, vilas, jardins, municípios e distritos como: Ivaiporã, Cambé e Tamarana.

A referida associação conta hoje com 518 associados, divididos em mais de 500 famílias.

Por fatos de tamanha relevância acima expostos, estamos certos de contar com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI N° 336/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a CASA DA CRIANÇA DE ROLÂNDIA, com sede e foro na cidade de Rolândia.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) EURIDES MOURA

## JUSTIFICATIVA:

A Casa da Criança de Rolândia, criada em 26 de março de 1985, tem por finalidade principal a assistência social e promoção humana junto aos menores carentes, abandonados e desajustados, de ambos os sexos, sem quaisquer outras distinções, educando-os e orientando-os com o fim específico de integrá-los à comunidade.

Durante os seis anos de sua existência a entidade vem desenvolvendo plenamente suas finalidades, acolhendo crianças em regime de semi-internato. Fornece alimentação de manhã e encaminha para a escola as crianças. Nos horários em que não estão na escola, as crianças permanecem na entidade recebendo educação complementar, diversões, além de almoço e jantar. Retornam para suas casas apenas para pernoite.

Atualmente a Casa da Criança está instalada em sede própria adquirida por doação a comunidade, situada à Rua Saguaragi n° 355, na Vila Oliveira, na cidade de Rolândia. Está atendendo diariamente 140 crianças.

Sobrevive totalmente de doações particulares e oficiais, destinando a totalidade dos recursos no atendimento das crianças, sem qualquer resultado lucrativo. A diretoria é sem remuneração, contando apenas com alguns empregados indispensáveis.

A situação jurídica é perfeitamente regular conforme estatutos e atas registradas. Está em pleno funcionamento conforme declaração do município. A movimentação financeira do último exercício está

demonstrada por relatório e certificada por Tribunal de Contas.

A declaração de utilidade pública municipal ocorreu pela Lei Municipal nº 1683/85.

A declaração de utilidade pública estadual, ora pretendida virá beneficiar a entidade na consecução de recursos indispensáveis a seu funcionamento e sobrevivência.

PROJETO DE LEI Nº 337/91  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Denomina de RODOVIA JOSÉ MANOEL ALMEIDA, o trecho da PR 90, que liga Bela Vista do Paraíso a Sertãoópolis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.91

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

Por esta iniciativa, pretende-se prestar homenagem ao Senhor José Manoel Almeida, nascido na vila de Agrochão próximo à Cidade de Bragança, Província de Trás-os-Montes, Norte de Portugal.

Seu avô era militar aposentado como Capitão do Exército, tendo prestado serviço na cidade fortificada de Almeida, onde era conhecido como Capitão Almeida, talvez venha daí o nome de família.

O pai era ligado à agricultura.

José Manoel Almeida teve boa formação escolar, o que o levou a, durante muitos anos, manter uma escola de alfabetização de adultos, em sua própria casa, à noite, no Cerne.

Em Portugal, o homenageado era funcionário público, tendo exercido a função de fiscal de conservação de estradas, no trecho Mirandela-Bragança.

Em 1902, casou-se Com D. Aurora Poços, na Igreja Matriz de sua Cidadezinha. O casal teve 12 filhos, sendo 8 homens e quatro mulheres, dos quais 4 nasceram em Portugal.

A partir de 1911, a situação política portuguesa passou por graves crises que culminaram com o assassinato do Rei e de seu herdeiro. Entrava a República, porém com um início violento.

José Manoel Almeida, funcionário público e tido como fiel ao Governo que caíra, viu sua situação complicada com ameaças de prisão e deportação para a África. Nessas condições, teve que sair de sua terra às pressas, deixando para trás bens e conforto, uma vez que sua condição de vida era boa e não teria outros motivos de emigrar, a não ser os políticos.

Morou em São Paulo até o ano de 1917. Naquela época, período da I Guerra Mun-

dial, outra crise, dessa vez econômica, veio atingir a todos os brasileiros e aos que aqui moravam. Novamente, o nosso homenageado resolveu mudar os rumos de sua vida, indo trabalhar na agricultura como empregado de fazenda, na função de empreiteiro. Em duas empreitadas - uma em São José do Rio Pardo, região de Mogiana, e outra em Duartina, região da Paulista - às custas de árduo trabalho, conseguiu reunir recursos necessários para comprar terras na Água do Cerne, região de Sertãoópolis, Norte do Paraná.

Em 1927, decidiu desbravar suas terras e cultivá-las. Nessa época, a então Vila Sertãoópolis era ligada ao Cerne, somente por picadas através das matas.

Nos anos seguintes, com a prática de trabalho em estradas que possuía e com auxílio de outros pioneiros que estavam chegando, fez um traçado de estrada que até hoje é praticamente o mesmo. Levando-se em conta as grandes dificuldades da época, foi construída uma via de trânsito muito boa e de indiscutível valor para a coletividade.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Colegas no sentido de ser aprovada a presente proposição, a fim de que possamos demonstrar, as atuais e futuras gerações, a nossa gratidão àqueles que dedicam sua vida em prol de nosso Estado e sua população.

PROJETO DE LEI Nº 338/91  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o uso de 07 (sete) salas, no mínimo, do Ginásio Estadual Santo Inácio de Loyola, sito à Rua João Barriomeu Cespede, 647, em Terra Rica/Paraná, para funcionamento da Escola Municipal Professor Santo Raul Menotti, visando a implantação do Supletivo fase I e II, no período noturno.

Art. 2º - A referida autorização é pelo prazo de até 31.03.1995, prorrogado automaticamente pelo período de 4 anos, caso não haja manifestação contrária das partes.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.91

(a) NEIVO BERALDIN.

JUSTIFICATIVA:

A proposição é feita tendo em vista que a Prefeitura não dispõe, no momento, de prédio próprio onde possa localizar o referido curso supletivo.

Considerando que as instalações do Ginásio Estadual Santo Inácio de Loyola possuem, à noite, espaços ociosos é de bom alvitre tornar produtivo um imóvel esta-

dual que desta forma com o mesmo investimento atende a dois ou mais propósitos, ou seja, OTIMIZA as instalações existentes.

A necessidade deste supletivo é a de propiciar a mais cidadãos, a possibilidade de ultrapassar a barreira da formação escolar mínima necessária a qualquer pessoa.

A Prefeitura de Terra Rica promoverá no menor espaço de tempo as condições para que solucione em definitivo a provisão do espaço necessário ao funcionamento deste curso supletivo.

Atende-se com este projeto o disposto no artigo 10º da Constituição do Estado.

#### PROJETO DE LEI Nº 339/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO MARIA TEREZA, com sede e foro na Cidade de Bocaiuva do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.91

(a) CLETON KIELSE.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora procura-se declarar de utilidade pública é uma associação de direito privado, com finalidade assistencial à criança, gestante e idosos carentes da cidade de Bocaiuva do Sul.

Dentro de sua linha de atuação, mantém uma maternidade com capacidade de atendimento em 30 (trinta) leitos, prestando toda a assistência médica, social e econômica às gestantes desde o início da gravidez, até o nascimento da criança.

Presta também assistência às crianças carentes, provendo-as de alimentação, vestuário e até casas para famílias comprovadamente carentes, tendo até o momento distribuído cerca de 15 casas.

Auxilia ainda os idosos da cidade que impossibilitados de adquirirem remédios e alimentação, face as ínfimas aposentadorias e pensões, procuram a associação e esta dentro de critérios humanos soluciona estes problemas.

Além destas atividades, presta, ainda, assistência social aos mais carentes daquela comunidade.

A uma associação que desempenha tão nobres tarefas nada mais justo que seu reconhecimento como de utilidade pública, motivo pelo qual solicitamos a aprovação da medida proposta.

#### PROJETO DE LEI Nº 340/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA

LUIZA, com sede e foro nesta Capital.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA LUZIA, fundada em 17 de julho de 1989, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, político-partidários ou religiosos, voltada inteiramente para a prestação de serviços sócio-comunitários e beneficentes, visando orientar e defender os direitos da família e de seus integrantes, atuando por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade de Curitiba.

A Constituição Federal conclama a sociedade à co-responsabilidade nas questões de natureza social, de forma muito especial, nos assuntos ligados à família, à criança, ao adolescente e ao idoso.

Políticas visando a garantia dos direitos e conquistas desses segmentos, sobretudo, os padrões mínimos de dignidade, devem ser desenvolvidas pelo Estado com o apoio da sociedade.

É inegável a importância da comunidade na implementação de tais políticas, inclusive, sob o ângulo da descentralização das ações administrativas. O Estado não pode e não conseguirá, jamais, dominar o planejamento, a execução e fiscalização de programas nesse sentido, sozinho.

O reconhecimento do papel da comunidade, nesse trabalho é passo fundamental para a realização de ações sérias e coesas com vistas à garantia do bem estar-social.

A entidade que se pretende reconhecer como de utilidade pública, por meio deste plano de lei, desde a sua fundação desenvolve destacado serviço junto à população curitibana, sobretudo, e como esclarece em seu estatuto, à família e seus integrantes.

Os documentos anexos visam preencher os requisitos formais para declaração de Utilidade Pública, sendo proveitosos chamar a atenção para o relatório que demonstra as atividades desenvolvidas pela Associação, apenas no último período de doze meses.

São razões bastante para o reconhecimento de utilidade pública do trabalho voluntário desenvolvido por alguns cidadãos, em favor da comunidade carente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está encerrada a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado João Preis.

O SR. JOÃO PREIS - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados. Quando solicitamos a retirada do pro-

jeto de nossa autoria que isentava de ICMS as microempresas de confecção de roupas e artigos de couro em geral, instaladas na região noroeste, o fazemos, tendo em vista o decreto do Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião de isentar as microempresas do Paraná.

E acompanhando sugestões das doulas Comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura, Indústria e Comércio, aqui estamos, hoje, fazendo uso desta Tribuna, para solicitar ao Governador Requião, que ao instalar o governo na 1.<sup>a</sup> cidade do Noroeste, que será Mandaguaiçu, leve ao povo empobrecido daquela região, soluções concretas que possam trazer benefícios a curto e médio prazo, objetivamente, tais como a panela cheia e o bom emprego!

As delegacias da Receita Estadual e Federal, têm demonstrado grande preocupação com a decadência da arrecadação na região de Maringá.

A agência regional de Maringá, que congrega mais 52 municípios, e que antes ocupava a 3.<sup>a</sup> posição, hoje, contribui com 6,39%, passando a ocupar a 6.<sup>a</sup> posição na arrecadação estadual.

A arrecadação de impostos federais, na agência de Maringá, que congrega mais de 103 Municípios, contribui com apenas 5% na arrecadação paranaense.

Com poucas esperanças de saída, sem pesados sacrifícios de ordem social e econômica, generaliza-se a sensação de que a nossa frente se abre um fosso cada vez mais escuro.

E com isso aumenta a descrença geral nas instituições de onde deveriam emergir as soluções capazes de compor com mais justiça os conflitos sociais e econômicos.

"A cura de uma mal só se consegue conhecendo e combatendo suas causas", já dizia a sabedoria popular.

Há alguns anos procuramos desenvolver projetos para industrialização de Maringá e região, procurando atrair empresas que utilizassem matéria-prima produzida na região, como por exemplo, café solúvel, indústria de gelatina, indústrias têxteis, etc...

Ou seja, o café, a raspa do couro, o algodão produzido naquela região, ali mesmo seria industrializado, gerando empregos e ICMS.

Maringá é o maior parque moageiro do Paraná, mas o Paraná não produz 50% da capacidade destas indústrias, importando a maioria da matéria prima de outros Estados.

É o maior complexo frigorífico, mas a produção é insuficiente, sendo necessário comprar bois em Rondônia, Mato Grosso e até no Paraguai.

O algodão e o couro que produzimos em grande quantidade enviamos para outros Es-

tados.

É urgente que ao lado da diversificação agrícola e industrial, implantemos micro-agro-indústrias na região noroeste, mas para que isso se torne realidade precisamos de incentivos e projetos objetivos.

Por isso mesmo, aqui estamos para pedir o apoio dos nobres colegas Deputados, nesta campanha incessante que realizaremos, com o aval do Governador Roberto Requião, temos certeza, para impedir que se agrave mais ainda as desigualdades sociais degradantes que distanciam o Noroeste do Paraná dos trilhos do desenvolvimento econômico, do aumento da produção e da melhoria da qualidade de vida da população.

Nossos produtores estão falidos e sem condições de oferecer trabalho à população do noroeste, que vem se transformando em bôias-frias, com poucas opções de trabalho. Hoje são milhares de bôias-frias desempregados em todo o Paraná.

Torna-se indispensável que o Paraná dê exemplo para o Brasil, saneando os usos e costumes viciados no trato com a coisa pública, honrando seus compromissos, melhorando a qualidade de serviços prestados à comunidade, coibindo os abusos de todas as naturezas.

Não podemos calar nem ceder, precisamos retornar a trilha do desenvolvimento econômico sem deixar de lado o desenvolvimento social.

(Termina de ler).

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado OVÍDIO CONSTANTINO.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Estamos todos vivendo, ainda, os desdobramentos da intervenção policial na Fazenda Guairacá, Distrito de Lerroville, no Município de Londrina na última sexta-feira, aonde mais de 300 famílias de trabalhadores rurais sem-terra foram expulsos daquela área, numa operação de muita violência dos soldados da Polícia Militar, auxiliados por milícias particulares de fazendeiros da região.

Se por um lado a violência policial já virou rotina em ações de despejo de sem-terras, que cansados de promessas de reforma agrária dos sucessivos governos, ocupam áreas improdutivas como tática para forçar que a reforma agrária saia do discurso e do campo das promessas, para a sua efetiva realização, a fim de garantir o sustento de suas famílias, por outro lado, o episódio de Lerroville, teve como marca principal um elemento de cunho político que foi o comportamento do governador do Estado.

Na sessão de ontem, os Deputados que dão sustentação ao governo nesta Casa, justificaram a autorização do governador Roberto Requião para a ação da Polícia Militar, como o cumprimento a ordem judicial de reintegração de posse da área ocupada. Uma desculpa esfarrapada para quem tomou para si, através de decreto, a responsabilidade de decidir sobre o deslocamento de forças policiais. Ora, se a determinação de despejo pela Justiça é inquestionável, passível de obediência sem contestação, presumimos que o Decreto do governador é inócuo, sendo tão somente para alimentar um discurso enganoso de compromisso com a democracia e com a reforma agrária, em mais um lance demagógico de quem tenta vender à Nação a imagem de um político de esquerda, socialista, solidário aos trabalhadores.

As contradições políticas desse governo são gritantes. A ação governamental se confunde com a ira dos fazendeiros quando se trata de enfrentar os conflitos pela posse da terra. Flagrado numa posição incômoda, de quem precisa fazer um discurso para os trabalhadores na tentativa de cooptar suas lideranças, mas que não pode abrir mão dos compromissos assumidos com as classes dominantes, dentre eles os setores mais reacionários do campo, como a famigerada UIR, Requião busca bodes expiatórios dentro do movimento dos Sem-Terra para tentar justificar a violência policial sob seu comando.

A ação da Secretaria da Segurança Pública neste caso é sintomática. Segundo informações da própria imprensa, a Secretaria fichou os acampados da Fazenda Guairacá, numa operação de espionagem de fazer inveja ao Serviço de informações da ditadura militar-SNI, cujos arquivos foram abertos pelo atual governo para o conhecimento público. Concluimos que ao se debruçar sobre os métodos utilizados pelo regime militar, o atual governador nada mais fez do que buscar neles a inspiração necessária para a atuação de seu próprio governo. A exemplo dos políticos de direita, o governador do Paraná busca entre os sem-terras guerrilheiros profissionais treinados em Cuba, mercenários de terras e até mutuários do sistema financeiro da habitação, como se fosse crime alguém se credenciar para obter um teto para morar, mesmo que este seja um pequeno cubículo com menos de 30 metros quadrados. Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que buscam os políticos de direita quando se defrontam com as demandas dos movimentos dos trabalhadores se não encontrar entre os participantes desses movimentos pessoas mal intencionadas, aproveitadores e parasitas? O fato de terem sido encontradas entre os acampados da Faz. Guairacá sem terras

que já participaram de outras ocupações, dedurados pelo Serviço de Informações do governo Requião como profissionais da invasão, não traz nada de novo, a não ser a constatação de que os trabalhadores sem-terra são persistentes na luta pela posse da terra, mesmo que para isso tenham que enfrentar inúmeros despejos. Ademais, não é o próprio governador que tem declarado que uma das virtudes da esquerda é a solidariedade? De fato, a luta pela reforma agrária não é exclusiva dos sem-terras, pois além de ser nos dias de hoje uma questão de resolução de um problema social de gravíssimas proporções, ela possui uma dimensão muito maior quando se avalia a própria questão do abastecimento alimentar e da produção agrícola em nosso País. Assim, o fato de serem encontrados dentro dos acampamentos agentes pastorais e outros militantes do movimento popular e sindical, nada mais significa de que a luta dos sem-terra tem a solidariedade de outros movimentos.

Mas, existem, outras contradições no discurso e na prática do governo "esquerdista" do Paraná. A interpretação e a obediência à lei é aqui, mais uma vez, fruto da demagogia desse governo. Por exemplo: quando se trata de aplicar a lei para beneficiar os trabalhadores, ela de nada vale. Por que o governador Requião e os Deputados que lhe dão apoio neste legislativo não a invocam quando se trata da data-base dos servidores? Neste caso, para burlar a legalidade, o governador não sente-se intimidado a cometer um ato juridicamente incorreto, ao decretar o fim da data-base.

A exemplo de outros governos, Requião está demonstrando que tudo é possível quando se trata de beneficiar empreiteiros, fazendeiros e outros setores dominantes de nossa sociedade.

Todavia, o que nos causa maior repulsa, é que a propaganda oficial do governo, cujos nomes não são revelados - numa outra gritante contradição de quem cobra transparência e moralidade de outros governos - e o discurso pessoal do Governador, estão distantes de suas práticas.

Se já chegamos a propor a instalação de um "Disque Álvaro", paralelamente ao "Disque Quêrcia", seremos daqui a algum tempo a propor a abertura dos arquivos do Serviço de Espionagem da Polícia Militar do governo Requião que, para espanto geral da Nação, trocou a agressividade dos tempos da campanha eleitoral contra o governo Collor, pela complacência com o governo Collor, numa cumplicidade sem medidas com os desatinos do Palácio do Planalto e a política neoliberal de entreguismo de nossas riquezas, de arrocho sobre as camadas mais pobres e tantas outras fanfarronices



do chamado "Brasil Novo". O episódio de Lerrouville acaba de revelar que Requião, além do cassetete de veludo que ele diz usar contra o governo federal, possui um cassetete mais pesado do que ferro para bater nos trabalhadores que querem sobreviver neste Estado.

Para finalizar, gostaria apenas de acrescentar mais uma contradição do atual governador do Paraná, que quando diz que não admitirá invasões de terras em seu governo, procurando ele próprio definir o que pode ou não ser feito pelo movimento dos sem-terras, o movimento organizado de quem quer a sobrevivência e não quer sair pelas ruas assaltando e roubando neste Estado, comprova que sua participação em movimentos como esse em passado recente, não tinha outro objetivo, senão o de angariar dividendos eleitorais em cima de uma luta justa, como a que empreendem os sem-terras urbanos de Curitiba, cuja participação nesse movimento o atual governador exhibe para comprovar sua pretensa militância popular. Não restam dúvidas, de que estamos diante de um governo populista, que aos poucos vai retirando sua máscara, deixando à mostra a face de que é um bom governo plenamente confiável às classes dominantes que no confronto com os trabalhadores, certamente terão à sua disposição os serviços da espionagem e da repressão do governo."

O problema social, o problema da reforma agrária, o problema da terra no nosso Estado e no nosso País, já temos dito aqui que não é um problema policial, e isto o governo não vê, o Governo faz que não vê, o Governo do Estado e o Governo Federal e também os Senhores Deputados que dão sustentação a esta política de reforma agrária que hoje se implanta em nosso País.

Os Senhores proprietários de terra se tivessem um pouquinho de senso crítico, se tivessem um pouquinho de pensamento, de resolver os problemas do Paraná não usurpariam desta forma destas leis econômicas porcas do nosso País que favorecem a concentração de rendas e de riquezas nas mãos de meia dúzia enquanto uma grande maioria do nosso povo passa fome e miséria e se obriga a usar destas formas, destas táticas para poderem sobreviver. Ouvimos aqui neste microfone há alguns dias, em reuniões no Plenarinho desta Casa Deputados preocupados porque em certos municípios do Paraná três ou quatro proprietários são donos do município e inviabilizam até a sobrevivência do município porque não se arrecadam impostos e os fazendeiros transferem gados daqui para ali enquanto os municípios se inviabilizam. Porque os Senhores fazendeiros, os grandes proprietários também não se preocupam em viabili-

zar uma política agrícola, uma política agrária para fazer com que o povo viva neste Estado e consiga da terra tirar a sua sobrevivência e não precisem se utilizar destas táticas, destas formas, ter que se opor a uma legalidade injusta para poder conseguir a sua sobrevivência.

Estes desafios estão na mesa, Senhores Deputados, para que nós também nos preocupemos com eles e não neste momento apenas defender a legalidade da lei, mas sim a moralidade que é uma imoralidade as concentrações de terras e riquezas neste País, quando centenas, milhares, milhões de trabalhadores morrem de fome neste Estado e neste País.

Era isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, estudantes do Colégio Bom Jesus que acompanham a sessão de hoje. Faço uso da palavra hoje, para dizer que o temor que o Governador do Estado tem da classe trabalhadora e os argumentos que ele usa para se opor à postura da Bancada do PT, nesta Casa, é o mesmo temor que tem o Líder do Senhor Governador na Assembléia Legislativa.

O Líder do Senhor Governador teme conceder aparte quando solicitado por alguém do Partido dos Trabalhadores e em cima do que está falando, comete uma série de deslizos, passando informações incorretas: como a dizer que nós do Partido dos Trabalhadores estivemos com o movimento sem-terra em reunião com o Senhor Governador.

Queremos dizer ao Líder e à Bancada Governista que quem esteve com o Senhor Governador e junto à Bancada foi o Departamento Rural dos Trabalhadores da CUT que não faz parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

E dizer que simplesmente o despejo não passou pelas mãos do Governador, é mentira! Porque, ao cumprir a ordem judicial a Polícia Militar está diretamente ligada ao Palácio Iguaçu e há uma comissão constituída para isto.

Dizer como disse no seu discurso de posse, dizer demagogicamente, que veio dos barracos queimados e das casas derrubadas, nós queremos dizer que se de lá veio o Senhor Governador, veio como quem estava derrubando a casa e veio como quem botando fogo nos barracos, uma vez que não estava lá para defender esses trabalhadores.

Nunca esteve do lado da classe trabalhadora, porque quem está ao lado da classe trabalhadora, não tem a postura autoritária que tem o Senhor Governador. Não

manda a sua polícia fazer despejo e respeita a classe trabalhadora não impondo o achatamento salarial que tem imposto aos servidores públicos do Estado, usa, pelo contrário, os meios de comunicação, usa todo o poder que tem, ao invés de ser para defender a classe trabalhadora é para massacrá-la. E para isso usa o apoio da Bancada Governista que ontem votou contrário a um pedido de informação da nossa Bancada. Pedido de informação esse, que poderia trazer a transparência, trazer a luz do que realmente aconteceu e quem mandou fazer aquele despejo. E a Bancada Governista que muito bem sabe quem mandou e nós também sabemos quem foi: foi o Partido do PMDB apoiado por alguns asseclas e o Senhor Governador. Foram eles que decidiram pelo despejo e assim eles impedem que seja aprovado o pedido de informações para deixar claro quem foi que decidiu. E a Bancada que se diz democrática, os parlamentares que dizem defender a participação, são os parlamentares que têm medo da verdade ao votar contrário, são os parlamentares que não querem nada esclarecido, querem tudo na escuridão como era na época da ditadura.

Vota-se contrário a pedido de informações e quando são aprovados não são respondidos. E nós sabemos que o Senhor Governador anda gastando rios de dinheiro para combater o Quêrcia. Recebemos a denúncia e estamos formulando ao Sr. Governador, através de requerimento, para que ele nos responda.

Recebemos a denúncia de que cada publicação nos jornais custaram 4 milhões e 200 mil, para veicular a defesa do Senhor Governador na briga entre ele e Quêrcia para saber quem do PMDB é o maior corrupto, quem do PMDB não respeita o programa do partido, porque nenhum deles está respeitando o programa do próprio partido do qual fazem parte. E na briga entre eles quem paga somos nós, a sociedade e os trabalhadores.

Recebemos também a denúncia de que para pagar trezentas rádios e mais ou menos seiscentos jornais o Governador está gastando um bilhão e oitocentos milhões para comprar os meios de comunicação.

Portanto, hoje formulamos alguns requerimentos e que gostaríamos de ver a Bancada Governista, sem ter medo da democracia, votando favorável, porque quem não deve não precisa ter medo. E essa Bancada deve estar tendo muito medo porque deve estar devendo muito, e muito mesmo, pois é uma Bancada que, entre a vida e a propriedade privada, tem defendido a propriedade privada em troca da vida, mesmo que para isso custe a vida de alguns trabalhadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Ernani Pudell.  
(Declina).

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O que me traz nesta tarde à tribuna é um assunto que diz respeito ao concurso público para o magistério estadual onde as inscrições se encerrarão no dia 17 agora, sexta-feira, se não me falha a lembrança.

Nos próximos dias, juntamente com o Deputado Domingos Faustino, nos haveremos de apresentar um projeto de lei na Casa alterando a lei do concurso público estadual quando da exigência de curso superior, fazendo com que os acadêmicos do nosso Estado, que estão no último ano que estão fazendo, possam participar daquele concurso que, possivelmente, nós vamos ter nos próximos anos.

O que está acontecendo, exatamente agora, com o concurso do magistério público estadual? As estudantes que estão fazendo por exemplo, licenciatura plena, que são de quatro anos, e que já estão praticamente há três anos e meio no curso, estão sendo impedidas de se inscreverem para participar do concurso. Então, nós entendemos, eu entendo, que deverá haver uma mudança na lei porque, na verdade, os acadêmicos, as futuras professoras vão se habilitar no concurso, depois de passarem, somente a partir do próximo ano, quando já formadas, quando já com seus diplomas na mão e, entretanto, estão sendo impedidas de fazerem sequer as suas inscrições.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, em caráter de excepcional urgência, eu estou entrando com requerimento, dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação para que ele possa rever principalmente agora, onde as vagas não estão ainda preenchidas, são mais de trinta mil vagas e as inscrições não chegaram no número que precisa o Estado para suprir as vagas em todas as escolas.

Aprovado este requerimento, que a Mesa possa, em caráter de hoje à tarde ainda, Senhor Presidente encaminhar este requerimento comunicando ao Secretário de Educação, solicitando com o aval da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que ele abra uma exceção para que possam as acadêmicas de licenciatura plena, que estão faltando quatro ou cinco meses para concluir o curso, se inscrever até sexta-feira ou, senão, que prorrogue o prazo por mais dez dias, após examinar o nosso requerimento, após examinar a possibilidade de elas participarem do concurso para que milhares de futuras professoras nossas

possam participar do concurso, ainda mais agora nesta crise até de trabalho, de emprego que passa todo esse nosso País, principalmente o nosso Estado também.

Eu vou fazer a leitura do requerimento em seguida.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, apelando no sentido da revisão dos critérios para a inscrição no Concurso Público do Magistério Estadual.

Trata-se de um apelo feito no sentido de que as pessoas que estejam frequentando o último ano de curso superior, possa se submeter ao aludido concurso, exigindo-se somente o diploma referente, quando do chamamento para preencher a vaga. A razão principal, é o fato de que é bem provável que o Estado não realize imediatamente a ocupação de todas as vagas, o que certamente permitiria que os acadêmicos de hoje e formados a daqui poucos meses, possam dar também a sua inestimável contribuição.

Neste sentido, Senhor Presidente e Senhores Deputados, fazemos este veemente apelo, consubstanciado no abaixo-assinado encetados pelos alunos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, cujo documento não há dúvida que representa o pensamento geral de todos aqueles que estão estudando em outras instituições de ensino superior. Os alunos contam com a sensibilidade dos organizadores do concurso, para que seja dada esta justa oportunidade, cabendo ressaltar que em tantos outros concursos, inclusive do próprio Estado, da própria Secretaria da Educação, a demora para o preenchimento de vagas chega a ser demais, o que, por alguns meses, se privaria uma parcela preponderante da nossa juventude, apta a participar do processo didático-pedagógico.

Por último, além desse requerimento, para o qual rogamos o apoio desta Casa, através de todos os demais Parlamentares, comunicamos que já remetemos telex ao Sr. Secretário Elias Abrahão, oportunidade em que tecemos ao ilustre Professor, tais considerações.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio). - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Principalmente a educação pública tem sofrido nos últimos anos, problemas de sobrevivência, de descaso e outras questões mais.

Nós saímos da Lei 424 para 5692, esperando que se profissionalizasse a educação do segundo grau. Isto não aconteceu. A 5692, de 71, veio com espírito bastante democrático, participativo, mas uma realidade fez com que ela não efetivasse de fato aquilo que trazia, porque nós sabíamos que projetada para um outro País que não o nosso, fomos cópia de um projeto que se viabilizou.

Estamos sabendo que desde a Legislatura passada, há uma discussão séria após a nova Constituição Brasileira de um novo projeto de lei, que inclusive já tramitou pelas comissões da Câmara e do Senado.

Estamos sabendo também que este projeto, do ex-Deputado Jorge Hage, é fruto da discussão e síntese de vários projetos discutidos num espaço de tempo de mais de dois anos, objetivando dar à escola pública, à educação deste País, o caminho que de fato ela precisa para sua subsistência, ela precisa para termos um país que leva à sua sociedade a educação que todos esperam.

Por isso estamos apresentando requerimento nesta data, pedindo o apoio desta Casa ao projeto do Deputado Jorge Hage, que deve entrar em votação de Plenário no Congresso Nacional no próximo dia 19 e temos certeza que o projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação representa em muito o anseio da sociedade brasileira no que se discute a educação neste País em todos os cantos. Nós temos certeza que não se contempla na maior parte daquilo que ali está posto.

Estamos sabendo também dos lobbies fortíssimos para tentar inviabilizar o projeto de Lei de Diretrizes e Bases que deve passar por votação no Congresso Nacional a partir do dia 19. Lobbies fortíssimos de instituições de ensino particular, de grandes grupos que têm na educação o seu comércio.

Por isso, estamos apresentando requerimento desta Casa pedindo que os Deputados Federais do Paraná, que a Câmara Federal, que o Senado Federal dêem o apoio a esse projeto em sua totalidade e não permitam que os lobbies do comércio da educação neste País tenham mais força do que o interesse da sociedade brasileira.

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, não há oradores inscritos.

Horário das Lideranças:

PRN - Declina.

PSDB - Declina.

PMDB - Declina.

PTB - Declina.

PL - Declina.

FFL - Declina.

PIF - Declina.

Encerrado o Horário do Expediente, passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados:

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando a concessão de justificativa de falta na Sessão Plenária do dia 13 do corrente mês. - À Diretoria Legislativa para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de dois, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 180/91, de autoria do Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO, que dá nova redação ao "caput" do art. 67 da Lei nº 8993/89. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade.

Em discussão o projeto.

Encerrada a discussão. Volta à Comissão de Constituição e Justiça em razão da emenda apresentada, para análise daquela Comissão.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/91, de autoria dos Deputados CEZAR SILVESTRI e ALBINO CORAZZA, que altera a redação do art. 10 da Lei nº 8933, de 26.01.89, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A.I.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 41, de 23.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI Nº 149/91

PARECER:

Os ilustres Parlamentares propõem alteração do Art. 10 da Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1989 - ICMS.

Procedida à análise constitucional da matéria em questão, conclui-se que o entendimento dos juristas não é pacífico, sobre a quem compete a concessão de benefícios tributários. Uma corrente entende que não depende só da iniciativa do Poder Executivo; compete também ao Legislativo, a concessão. Diversamente, outra corrente de Juristas, entendeu que a Constituição Federal veda expressamente esta concessão em seu Art. 155, XII, "g":

"Art. 155 - Compete aos Estados:

XII - Cabe à lei complementar:

g. regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados". (grifo nosso).

Nos termos do dispositivo citado, a concessão de benefícios fiscais está adstrita à deliberação dos Estados e do Distrito Federal, a ser tomada pelo Conselho Fazendário Nacional - CONFAZ, e concretizada através de iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Ao que nos consta, o benefício em questão não teve aprovação em convênio celebrado na forma dos requisitos de natureza constitucional e infraconstitucional aplicáveis.

O projeto em questão pode esbarrar no óbice constitucional do Art. 155, XII, g. Ocorre, porém, que sobre a matéria existem várias correntes de interpretação doutrinária. E ainda por tratar-se de projeto com grande abrangência social, pois beneficiará os pequenos e médios comerciantes, somos pelo exame do projeto em plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

EMÍLIA BELINATI - Relatora

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PROJETO DE LEI Nº 149/91

PARECER:

O plano de lei em análise, é de grande relevância econômica e de ordem social, pois beneficia os pequenos e médios comerciantes.

Versa sobre REDUÇÃO da base de cálculo do ICMS, o montante do acréscimo financeiro cobrado nas vendas a prazo, para consumidor final.

#### DISCIPLINA DA MATÉRIA

Entretanto, estabelece o pacto constitucional, na letra g, inciso XII, do art. 155, o seguinte:

"Art. 155 - Compete aos Estados:

XII - Cabe à lei complementar:

g. regular a forma como, mediante de-  
liberação dos Estados e do Distrito Fede-  
ral, isenções, incentivos e benefícios  
fiscais serão concedidos ou revogados".  
(grifo nosso).

Observe-se aí que o dispositivo atual  
ampliou o espectro de abrangência dos es-  
tímulos fiscais (só isenções, no art. 23,  
§ 6º da Emenda Constitucional nº 01/69)  
para: isenções, benefícios e incentivos  
fiscais.

E mais: a Lei Complementar nº 24/75  
foi recepcionada pelo novo regime, esta-  
tuindo:

Art. 1º - As isenções do imposto sobre  
operações relativas à circulação de merca-  
dorias serão concedidas nos termos de con-  
vênios celebrados e ratificados pelos Es-  
tados e pelo Distrito Federal, segundo es-  
ta lei.

Parágrafo Único. O disposto neste ar-  
tigo também se aplica:

I - À redução da base de cálculo;

II - À devolução total ou parcial, di-  
reta ou indireta, condicionada ou não, do  
tributo, ao contribuinte, a responsável ou  
a terceiros;

III - À concessão de créditos presumi-  
dos;

IV - A quaisquer outros incentivos ou  
favores fiscais ou financeiro-fiscais,  
concedidos com base no imposto de circu-  
lação de mercadorias, dos quais resulte  
redução ou eliminação, direta ou indireta,  
do respectivo ônus;

Art. 2º - ...

§ 2º - A concessão de benefícios de-  
penderá sempre de decisão unânime dos Es-  
tados representados; a sua revogação total  
ou parcial dependerá de aprovação de qua-  
tro quintos, pelo menos, dos representa-  
ntes presentes.

Art. 4º - ...

§ 2º - Considerar-se-á rejeitado o  
convênio que não for expressa ou tacita-  
mente retificado pelo Poder Executivo de  
todas as Unidades da Federação, ou, nos  
casos de revogação a que se refere o art.  
2º, § 2º, desta lei, pelo Poder Executivo  
de, no mínimo, quatro quintos das Unidades  
da Federação.

#### CONCLUSÃO

Indisputável é, pela Constituição Fe-  
deral atual e pela Lei Complementar nº  
24/75, que os estímulos fiscais poderão  
disciplinar senções, benefícios e incenti-  
vos fiscais, ditados por exigências da  
justiça tributária, mediante o instrumento  
técnico-jurídico do convênio ou protocolo  
interestadual (José Souto Maior Borges e

Ives Gandra Martins).

Mas, em face da relevância da matéria  
que, ao lado de sua abrangência socio-eco-  
nômica, eminentemente solidarista (pois  
protege o fraco contra o forte) é, também,  
anti-inflacionária e inibe a prática do  
cheque pós-datado nas vendas a prazo, evi-  
tando a sonegação fiscal.

Pela apreciação em plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.06.91.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
PROJETO DE LEI Nº 149/91

PARECER:

De autoria dos nobres Deputados Cezar  
Silvestri e Albino Corazza, chega a esta  
Comissão o projeto de lei em epígrafe, que  
altera a redação do Art. 10 da Lei nº  
8933, de 26 de janeiro de 1989, na forma  
que especifica.

No parecer dado pela Comissão de  
Constituição e Justiça encaminhou-se a ma-  
téria para exame em plenário, por enten-  
der-se que se trata de projeto de grande  
abrangência social, que irá beneficiar pe-  
quenos e médios comerciantes.

Chamada a opinar, esta Comissão de  
Agricultura, da mesma forma, reconhecendo  
os grandes benefícios a serem alcançados  
para os pequenos e médios agricultores do  
Paraná, com a aprovação do presente proje-  
to de lei, manifesta-se favorável à sua  
tramitação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 26.06.91.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº  
156/91, de autoria do Deputado Algaci Tú-  
lio, denomina como Teatro José Maria San-  
tos, o imóvel que especifica. Com PARECE-  
RES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E., por  
unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA nº 43,  
de 25.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 156/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Algaci  
Túlio, chega a esta Comissão o Projeto de  
Lei em epígrafe, que objetiva denominar  
como "Teatro José Maria Santos", o imóvel  
e espaço cultural localizado à Rua Treze  
de Maio, nº 655, nesta Capital.

O projeto está elaborado em conformi-  
dade com as disposições do Regimento In-  
terno deste Legislativo, estando devida-  
mente justificado.

Entretanto, o art. 238 da Constituição  
Estadual, diz que "é vedada a alteração de



nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos..."

O imóvel em questão recebe, atualmente, a denominação de Teatro da Classe.

Entendemos que por ter sido José Maria Santos um dos maiores representantes da classe teatral do Paraná e do Brasil, a alteração da denominação do Teatro para "Teatro José Maria Santos", não estaria caracterizando uma violação ao disposto acima citado, e sim se prestando uma justa homenagem a todos os artistas paranaenses através daquele que sempre dignificou esta difícil profissão.

Assim opinamos favoravelmente à tramitação do presente projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

COSTENARO NETO

Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
PROJETO DE LEI N° 156/91

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade denominar como Teatro José Maria Santos, o imóvel localizado à rua Treze de Maio, 655, nesta Capital.

Houve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Visto não haver óbice de natureza constitucional, legal e regimental, no âmbito desta Comissão entendemos ser justa a propositura desta, pelas reconhecidas virtudes artísticas de José Maria Santos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.06.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

BÁSILIO ZANUSSO

Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 194/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, declara de utilidade pública o Instituto de Estudos e Pesquisas da Excepcionalidade-IEEE, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 57, de 22.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 194/91

PARECER:

Declara de Utilidade Pública o Instituto de Estudos e Pesquisas da Excepcionalidade-IEEE, conforme específica.

Procedemos à devida análise, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei n° 194/91, supra ementado, de autoria do preclaro Deputado Geraldo

Cartário.

Sob o aspecto jurídico, a propositura está consentânea com as disposições da Lei n° 6994, de 10.01.78, verificando-se, também, por intermédio da documentação anexa, que o Instituto a que se pretende declarar de utilidade pública enquandra-se nas normas definidas no diploma legal retro mencionado.

Neste sentido, concluímos pela juridicidade do Projeto de Lei n° 194/91, manifestando nosso parecer favorável à sua aprovação e dando-o em condições de ser submetido à soberana deliberação do augusto Plenário.

Sala das Comissões, em 24.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVÍDIO CONSTANTINO

Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 196/91, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que institui o Dia Estadual de Conscientização Política, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E. por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 58 de 23.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 196/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, visa o presente projeto de lei instituir o Dia Estadual de Conscientização Política, bem como enumera atividades a serem desenvolvidas nas Escolas da Rede Oficial de Ensino.

O projeto em questão, a nosso ver, se encontra dentro das normas regimentais, não ferindo qualquer dispositivo constitucional ou legal.

Assim, somos de parecer pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
PROJETO DE LEI N° 196/91

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, visa instituir o Dia Estadual de Conscientização Política, bem como enumera atividades a serem desenvolvidas nas Escolas da Rede Oficial de Ensino.

Houve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça à presente medida.

No âmbito desta Comissão, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, manifestamo-nos favoravelmente pela aprovação deste.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.06.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

ALBINO CORAZZA

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 205/91, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, concede o título de Cidadã Honorária do Paraná, à Doutora Myriam Salles de Souza Lima. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 60, de 28.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 205/91

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Estadual Rafael Greca de Macedo, tem por finalidade conceder Título de Cidadã Honorária do Paraná, à Doutora Myriam Salles de Souza Lima.

Este plano de lei está devidamente justificado, conforme preceitua o Regimento Interno e sua legalidade está embasada na Lei n° 5.638, de 13 de setembro de 1967, que regulamenta as condições essenciais para a Concessão de Benemerência ou Cidadania Paranaense.

Constitucionalmente, não existe qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 231/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Professor Ruy Noronha de Miranda. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 67, de 11.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 231/91

PARECER:

Autoria do Ilustre Deputado Algaci Túlio.

SÚMULA: Concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Professor Ruy NORONHA DE MIRANDA.

Inegavelmente o autor deste projeto de lei teve uma iniciativa das mais felizes, pois que a homenagem que pretende seja prestada por esta Casa, é, sem dúvida, das

mais justas e oportunas, já que o professor Ruy Noronha de Miranda, por sua atuação tão bem retratada no "currículum" em anexo, tem proporcionado ao Estado do Paraná uma posição de reconhecido destaque junto às comunidades científicas nacional e internacional.

Por esse motivo, nosso parecer é no sentido de que esta Comissão, dispensando a competência do Douto Plenário, conforme preconiza o art. 28, inc. II, letra "a", do Regimento Interno, APROVE o presente projeto de lei, dando-se ciência desta decisão à Mesa Executiva, com solicitação de seu encaminhamento à Sanção Governamental. É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 243/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção a Maternidade e Infância - AMI, com sede em Porto Rico-Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 69, de 13.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Protocolo n° 5567/91

Projeto de Lei n° 243/91

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção a Maternidade e Infância - AMI de Porto Rico- Pr.

Autor: Deputado Neivo Beraldin

PARECER:

O presente processo se encontra devidamente instruído, com a anexação de todos os documentos exigidos em lei. Somos favoráveis à sua apreciação e aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 244/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Guarda Mirim de Porto Rico - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. 69, de 13.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Protocolo n° 5569/91

Projeto de Lei n° 244/91

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Guarda Mirim de Porto Rico- Pr.

Autor: Deputado Neivo Beraldin

## PARECER:

Trata-se de projeto de lei devidamente instruído, com os documentos comprobatórios de atividades e demais requisitos legais, levando-nos a opinar favoravelmente à sua apreciação e aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 251/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Conjunto Residencial Uruano, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 70, de 17.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 251/91

## PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Algaci Túlio, objetiva o presente plano de lei, declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Conjunto Residencial Uruano, com sede e foro em São José dos Pinhais.

Encontra-se processado, instruído com as peças exigidas pela legislação própria, ou seja, a Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública, inexistindo assim, óbice de natureza legal à sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do Plano de Lei em tela, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.07.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 022/91, de autoria do Deputado Erondy Silvério e Outros, altera a redação dos artigos 88, 89, 90 e 91 Seção I - Das sessões Públicas do Regimento Interno. Com PARECER FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 17 de 12.03.91)

COMISSÃO EXECUTIVA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 22/91

## PARECER:

O presente Projeto de Resolução, de autoria do Ilustre Deputado Erondy Silvério, visa alterar a redação dos artigos 88, 89, 90 e 91 (Seção I - Das Sessões Públicas) do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Chamada esta Comissão Executiva a opinar, entende que a propositura em questão é bem-vinda e oportuna, já que sua aprovação acarretará uma maior agilização dos trabalhos no douto Plenário e facilitará, diretamente, a nobre atuação parlamentar dos Representantes do Povo Paranaense eleitos legítima e democraticamente.

Assim sendo, nestas condições e pelo elevado mérito da proposição em tela, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer

Sala das Comissões, em 08.04.91

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

Em discussão.

O SR. RAFAEL GRACE (Para Discutir) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O projeto de lei do Deputado Erondy Silvério traz a esta Casa a possibilidade de alteração da mecânica das sessões legislativas, com a supressão do Grande Expediente entre a leitura da Ata e enunciação da Ordem do Dia, estabelecendo uma nova mecânica de sessões: leitura da Ata, 15 minutos de pequeno Expediente, Ordem do Dia, e só depois então o tempo destinado ao Grande Expediente e mais ainda às Lideranças Partidárias e, por último, as explicações pessoais, tempo esse formatado em 2 horas e 30 minutos, para depois da discussão da Ordem do dia.

Parece-me que a idéia do Deputado Erondy Silvério reduz a possibilidade deste Parlamento se dedicar a palavra. Passa a desconsiderar a possibilidade da discussão de matérias no tempo do Grande Expediente. E o que parece a falha maior do projeto, porque não percebi a intenção aqui embutida: não dá tempo específico para o debate das matérias, não há uma fixação do tempo para o debate das matérias. Há uma rápida insinuação, dizendo o seguinte: "Que o Presidente da sessão permitirá o debate da matéria a ser discutida, mas logo que houver maioria legal para deliberar, o Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra, a interromper o seu discurso".

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, poucas vezes a Assembleia tem, de fato, matéria que exija exaustiva discussão ou pronunciamentos políticos, do tempo de duas horas e trinta minutos.

Talvez essa formatação da sessão pudesse ser repensada, mas de maneira nenhuma pode deixar a Assembleia de ter a possibilidade de discussão das matérias que à elevada consideração deste Poder são apresentadas.

Vejam os Senhores, quanta discussão nós tivemos quando se tratou da redistribuição orçamentária do Estado do Paraná,

da redistribuição do ICMS para as diversas cidades do Paraná. Foi exatamente a discussão deste Plenário, que fez com que o Deputado Caíto Quintana, este Deputado e o Deputado Mário Pereira, chegássemos a um acordo no elevado interesse, do Paraná.

Parece-me que a contribuição do Deputado Erondy Silvério à Assembléia, na sua exaustiva vida parlamentar, ela, de uma certa forma, se diminuirá, em sendo aprovado este projeto que reduz a possibilidade de espaço dedicado à palavra, deste Parlamento. Eu imagino que ninguém ficaria para assistir oradores inscritos após a deliberação da Ordem do Dia e que as Lideranças Partidárias perderão toda a importância do peso da sua palavra, quando é necessário que os partidos se pronunciem neste Parlamento, se tal se der, depois da deliberação da Ordem do Dia. De maneira que eu encareço ao nobre Deputado autor, que reformule este projeto de lei, reformule no sentido de, quem sabe, discutindo com todas as Lideranças, dar nova formação ao tempo destinado ao Grande Expediente, talvez não o tornando tão grande mas evite essa apresentação e aprovação desse projeto que, na maneira como está, reduz a Assembléia a um Parlamento emudecido, ou seja, a um Parlamento que se auto-castra, se auto-emudece e se hoje os Deputados da dita maioria do Governo não têm assunto, porque já existe uma voz só que fala pela unidade da Bancada, a situação política instável do País, pode exigir mais tarde, destes mesmos Deputados, o tempo que a ocasião da votação desta lei hoje nos rouba e rouba a toda a Assembléia, de maneira que eu solicito à egrégia Assembléia, que não se diminua, enquanto Poder Legislativo e preserve esta possibilidade do exercício da palavra, em benefício do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Para discutir, com a palavra o Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. A primeira explicação que eu devo à Casa, é a de que eu não sou efetivamente o autor do Projeto. Eu o subscrevi e inadvertidamente o fiz em primeiro lugar. O projeto me foi apresentado pelo nobre Deputado Carlos Simões. Eu acho um bom projeto, porque obriga, efetivamente, aos Senhores Deputados comparecerem à Casa, na hora marcada, o que não ocorre atualmente. Agora, elabora em erro e eu até me surpreendo pelo elevado grau de cultura pelo conhecimento que detém do Regimento Interno da Casa e pela leitura do próprio projeto. Então, incorre em erro o nobre Deputado Rafael Greca. Não impede, absolutamente, o projeto, a discussão e o encaminhamento da matéria, que são regula-

dos pelo Art. 173 que dá 30 minutos para a discussão do projeto e pelo Art. 172 que dá 10 minutos para encaminhamento de votação. Então permanece inalterado no Regimento Interno. Era este erro que gostaria o nobre Deputado não elaborasse mais, porque o projeto não impede apesar de não ser de minha autoria, repito a discussão e encaminhamento da matéria, como também não impede pronunciamento nenhum dos Srs. Deputados. Apenas visa aperfeiçoar um mecanismo do Regimento Interno com relação à apreciação e votação da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Em discussão o projeto. Encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. APROVADO.

O SR. ERNANI PUJELL - Peço verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Verificação de votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao projeto, queiram levantar-se. Vinte e quatro (24) Srs. Deputados favoráveis ao projeto.

Os Srs. Deputados que rejeitem, queiram levantar-se. Quatorze (14) Srs. Deputados rejeitam o projeto.

Está aprovado em 1.<sup>a</sup> discussão.

Antes porém, queríamos convidar os Srs. Parlamentares para às 18:30 prestigiarem o evento que teremos no Plenarinho da Assembléia, quando teremos discussão sobre pena de morte, através da Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Paraná. É uma promoção da Deputada Emília Belinati.

Queremos também comunicar que esta Casa votou e aprovou um projeto de lei que instituiu o ano de 1991 como sendo o Ano Estadual dos Transplantes. E queremos registrar neste momento aqui a presença do Sr. Luiz Reinaldo dos Santos e de seus irmãos Divino, Jesulino e Joaquim. O Luiz Reinaldo dos Santos, lamentavelmente, perdeu a sua esposa acometida de um derrame cerebral após o parto. E atendendo a um pedido da esposa, o Sr. Luiz Reinaldo dos Santos está autorizando a doação dos órgãos. Os órgãos da mesma estão sendo retirados no Hospital Cajuru: coração, rins, pâncreas e córneas. Sabemos que um dos rins irá para Pato Branco onde o transplante renal já é um sucesso; o outro rim, para o Hospital São Lucas; as córneas para o Banco de Olhos.

A senhora Ana Aparecida deixou três filhos, um de nove anos, sete anos e quarenta dias. Ao mesmo tempo em que externamos nossas condolências à família do Luiz Reinaldo dos Santos em nome deste Plenário.

rio, queremos aqui registrar este ato realmente extraordinário da doação. E também dizer que a Secretaria de Ação Social já está atendendo o que preceitua o Art. 7º, quando da morte do doador, caso seus órgãos sejam usados para transplante, o Estado, a requerimento da família, custeará despesas adicionais de hospitalização e os serviços funerários.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sobre a Mesa, requerimento nº 1895, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, com apoioamento do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1890, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1888 e 1887, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1913, de autoria do Sr. Deputado Ademir Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1886, 1885, 1884, 1883 e 1882 de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1881, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1879 e 1914, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1878, de autoria do Sr. Deputado Albino Corazza, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1891, 1892, 1893 e 1894, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1896, de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1897, de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Tem o meu aval, Sr. Deputado, são muitas mortes neste trecho.

Requerimento nº 1898, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

va.

Requerimento nº 1906, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1907, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 1909, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1910, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1912, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, com apoioamento do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1903, de autoria do Sr. Deputado Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, com apoioamento dos Srs. Deputados Algaci Túlio, Paulo Maia, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. ORLANDO FESSUTTI - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1900, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, com apoioamento dos Srs. Deputados Algaci Túlio e Paulo Maia, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. ORLANDO FESSUTTI - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1902, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, com apoioamento dos Srs. Deputados Algaci Túlio e Paulo Maia, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. ORLANDO FESSUTTI - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1864, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do



expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 022/91 e dos Projetos de Lei n°s 149, 156, 194, 196, 205, 231, 243, 244, 251/91

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 032/91 e dos Projetos de Lei n°s 171/91, 200/91

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUYA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 13 DE AGOSTO DE 1991.

"É uma Vergonha"

De autoria do empresário  
Werner Egon Schrappe.

Sei que estou cometendo um plágio, ao usar o jargão que costuma utilizar no seu dia-a-dia o apresentador de TV Bôris Casoi. Mas, uso a sua frase por simplesmente não achar outro termo, no impacto de raciocínio e de matéria, para melhor desabafo.

Estou me referindo às dotações distribuídas pelo governo federal aos Estados da Federação, mais especialmente ao Paraná, onde, vivemos e produzimos. No ano passado, ao elaborarem o orçamento para o pre-

sente exercício, Deputados Federais e Senadores, aí incluídos políticos paranaenses de todos os partidos (\*), mostraram-se desiduosos para com o Estado que os elegeu, deixando que outros Estados ficassem com a maior parte do "bolo financeiro", não se importando que o Paraná tivesse suas necessidades de sobrevivência, já nem falo de crescimento, estancadas.

Repito: é uma vergonha que o Paraná receba uma verdadeira migalha, igual a 10% do que recebe, por exemplo, a Bahia, e menos do que ganha o novíssimo Estado de Tocantins! Nada contra nossos irmãos do Norte e Nordeste, mas esquecer que 22% dos grãos do País são aqui produzidos e que nosso Estado remeteu mais de Cr\$ 150 bilhões em tributos federais à União é, realmente, vexatório. E, o pior é que havia Parlamentares paranaenses envolvidos neste conluio. Traidores? Talvez. Incapazes, certamente.

Com isso, ficaremos relegados a um Estado de 25.<sup>a</sup> grandeza, sacrificando nossos trabalhadores com o desemprego, a nossa agricultura com a miséria, o nosso povo à míngua, por desleixo e interesses menores destes nossos pretensos "políticos". Redobremos nossa atenção ao que está sendo decidido, nossa dedicação e nosso trabalho para que não mais aconteçam estes lamentáveis fatos que, estou seguro disso, depõem contra a nossa inteligência.

Werner Egon Schrappe é presidente da Associação Comercial do Paraná (\*) Em tempo: na Comissão Mista do Orçamento do Congresso, em 1990, estavam incluídos os nomes dos Deputados federais Basílio Vilani, Darcy Deitos, Jovani Masini, Renato Johnson e Santinho Furtado. Na Comissão de 1991, para definir as dotações de 92, participam os Deputados Antônio Bárbara, Delcino Tavares, Élio Dalla Vecchia e Werner Wanderer e o Senador José Richa.